

CRIANÇA TEM VOZ!

Luciana Kopsch¹

RESUMO

Este artigo trata de uma pesquisa realizada na Escola Municipal Castro – Regional Boqueirão, objeto do Projeto Operação Lanche, desenvolvido para dar voz às crianças, público atendido pelo lanche ofertado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, através de empresa terceirizada. Pesquisa aplicada pelos estudantes em todas as turmas da escola manhã e tarde, num total de 261 participantes, onde foi possível tabular dados relevantes, referente à aceitação do cardápio oferecido e demonstrar a satisfação e opinião dos estudantes acerca da qualidade do lanche. Os processos educativos na escola perpassam pela ação concreta dos estudantes, sobre isso trata este artigo.

Palavras chave: alimentação escolar, autonomia, cidadania.

ABSTRACT

This article deals with a research carried out at the Municipal School Castro - Regional Boqueirão, object of the Project Operation Snack, developed to give voice to the children, public attended by the snack offered by the Municipality of Curitiba, through outsourced company. Research applied by students in all classes of the morning and afternoon, in a total of 261 participants, where it was possible to tabulate relevant data, regarding the acceptance of the menu offered and demonstrate students' satisfaction and opinion about the quality of the snack. The educational processes in the school go through the concrete action of the students, this is what this article is about.

Key words: school feeding, autonomy, citizenship.

¹ Formada em Pedagogia, especialização em Direito Educacional, atua como professora na EM Castro (BQ) e como pedagoga na EM Madre Teresa de Calcutá (BN), com 11 anos na Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Membro atual da gestão ampliada do Sismmac. Email: profelukopsch@gmail.com

INTRODUÇÃO

Alimentação escolar é política pública no Brasil desde a década de 50, objeto de estudo nas áreas de nutrição, administração e economia devido às questões nutricionais atreladas ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e também do financiamento, advindo do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação). É direito constitucional conforme o artigo 208, incisos IV e VII: “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

Em 1952 a Comissão estabeleceu o Plano Nacional de Alimentação que teve como objetivos de trabalho a atenção à nutrição maternoinfantil, a criação do programa da Merenda Escolar e a assistência ao trabalhador. (RODRIGUES...[et al.] 2009 p.32)

Até 1993 o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) era administrado pelo governo federal que adquiria e distribuía os alimentos, a partir de então foi descentralizado, ficando essa atribuição aos estados e municípios, que recebem repasse de verbas mensais conforme o número de matrículas em suas redes, baseados nos dados do Censo Escolar do ano anterior.

O município de Curitiba optou em meados dos anos 2000 pela terceirização como forma de gerenciar o programa de alimentação escolar no município, para atender CMEIS (Centro Municipal de Educação Infantil) e Escolas. Até esse momento as unidades contavam com merendeiras e recebiam verbas destinadas ao preparo *in loco* das merendas, mas em grande parte havia complementação de recursos por parte da APPF's (Associação de Pais, Professores e Funcionários), nesse sentido a terceirização tirou da escola a responsabilidade da gerência do custo alimentar. As verbas recebidas pela escola do fundo rotativo e PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) não contemplam as despesas para alimentação escolar, para essa política existem fundos complementares advindos do PNAE, que são repassados aos municípios pelo governo federal. É sabido que muitas unidades escolares costumam fazer ações solidárias na comunidade para captação de recursos, pois as verbas recebidas não dão conta de atender as despesas que a escola tem assunto que gera contradições devido ao princípio da universalidade do ensino gratuito garantido na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96.

Em contrapartida a qualidade da alimentação ainda é alvo de discussão, pois os alimentos são preparados e transportados pela empresa que presta o serviço, o que por vezes é questionada a garantia da higiene e conservação dos alimentos, em sua maioria perecíveis. Também deveria ser relevante a participação democrática dos estudantes no processo de escolha do cardápio, a promoção de ações de educação alimentar necessários nesse processo, pois se a escola se propõe a ser um espaço de discussão acerca de tantos conteúdos e demandas sociais, a alimentação na escola é um tema concernente ao fundamento de uma gestão democrática dos processos educativos.

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. É tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstruir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional. (DCNE, 2013, p.17)

As empresas terceirizadas costumam fazer pesquisas de opinião com seus clientes, mas até onde se conhece, por meio de publicações institucionais, ainda não é considerada a opinião dos estudantes, os que diretamente são os “clientes” finais. Segundo publicação do Grupo Risotolândia datada de Junho de 2017: “*Mais de 88% das pessoas estão satisfeitas com os restaurantes administrados e, mais de 80% das pessoas classificaram como excelente nossos serviços de alimentação escolar*”. Mas é necessário pesquisas mais detalhadas ouvindo, principalmente, os estudantes, os “clientes” finais desse processo.

CRIANÇA CIDADÃ

A escola ocupa papel fundamental no desenvolvimento da cidadania dos estudantes e de suas famílias, questões que estão relacionadas diretamente com a aprendizagem necessitam da participação de seus atores nos processos educativos. Muitas vezes as crianças são pouco ouvidas no desenvolvimento do trabalho docente, mas quando são envolvidas tornam-se sujeitos atuantes que demonstram grande capacidade de atuarem frente o desenvolvimento de sua aprendizagem. Segundo FREIRE (1997) a escola precisa aliar conteúdos curriculares a práticas significativas, intervir no meio

social, na realidade do educando, utilizando de sua vivência para promover o conhecimento e a cidadania.

Durante a pesquisa os estudantes participaram da elaboração das perguntas, aplicação das pesquisas nas turmas e tabulação dos dados. Quando o projeto estava sendo construído, alguns objetivos foram elencados os quais pautaram toda a mediação realizada pela professora, como:

- Desenvolver análise crítica a respeito do lanche ofertado, buscando respostas através da aplicação e dos dados coletados através de pesquisa feita com os estudantes da escola;
- Promover a cidadania através de ações em que os alunos participem ativamente do monitoramento do lanche servido;

Quando as crianças são envolvidas num processo de pesquisa, com sua curiosidade e empenho que lhe são peculiares, quando provocadas para isso é nítido perceber o quanto o conhecimento traz significado na sua rotina escolar.

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando e ele algo que fazemos. (FREIRE, 1997, p 35)

Infelizmente ainda se vê em muitas práticas a dominação do espaço de conhecimento, a atuação docente centralizadora do aprendizado, quando no planejamento são levados muito em conta os conteúdos que precisam ser trabalhados de uma forma mais tradicional, que mesmo com um discurso contemporâneo a prática revela o tradicionalismo das salas de aula, não apenas representada pelo enfileiramento de carteiras, mas principalmente na atitude docente e a pouca atuação discente. Não basta apenas tornar a criança parte do processo de aprendizagem, mas inseri-la no contexto educacional de forma atuante, participativa, pois estudantes que atuam sobre seu desenvolvimento educacional são comprovadamente mais participativos. Segundo ZABALA a aprendizagem significativa não pode levar só em consideração o cognitivo, pois o processo educativo não pode ficar reduzido a propostas uniformizadoras que considera apenas os conhecimentos acadêmicos, mas deve considerar conhecimentos

prévios, esquemas de comparação e novas experiências que aproximem o papel ativo e protagonista do aluno e do igualmente papel ativo do educador.

O COPO DA CIDADANIA

O trabalho de professor na Rede Municipal de Ensino inclui algumas rotinas, entre elas coordenar a distribuição do lanche em sala de aula, num desses dias o lanche oferecido por uma das empresas terceirizadas contratada pela Prefeitura Municipal de Curitiba desde os anos 2000, o líquido veio como de costume em copos descartáveis, mas foi observada a péssima qualidade do material, que ao menor esforço se partia na mão das crianças, resolvemos então problematizar a situação e concluímos que o material do copo era até 2016, superior ao oferecido naquela ocasião, decidimos por fazer algo a respeito, coincidência ou não havia reunião com os pais naquela semana na escola, a primeira reunião do ano de 2017, onde eles comprovaram o problema e foram unâimes em apoiar uma ação conjunta, formulamos uma moção e após ser assinada pelas famílias presentes encaminhamos à Gerência de Alimentação da SME. A resposta demorou, mas veio positiva, a empresa terceirizada foi acionada e a troca por um copo de maior qualidade foi efetuada não apenas pra nossa escola, mas para rede como um todo.

Mas algo ainda intrigava: era observado que alguns estudantes recusavam o lanche e outros reclamavam da qualidade, afinal alguma vez alguém perguntou às crianças o que acham do lanche? Partindo desse questionamento nasceu um projeto que foi desenhado em sala com as próprias crianças, onde participaram ativamente dando ideias e opiniões, inclusive acerca do próprio nome do projeto, que após uma votação que aconteceu com o envolvimento também de outras turmas da escola, o projeto foi batizado de **Operação Lanche**, desenvolvido pelos alunos do 4º ano A, turno da manhã na Escola Municipal Castro – Regional Boqueirão. Começamos então a pensar no nosso instrumento de pesquisa, elencamos 10 perguntas baseadas na fala das crianças e também nos lanches que notoriamente mais eram recusados pela maioria.

Turma:		DATA:		
		SIM	NÃO	POUCO
<i>Pinte apenas uma carinha em cada pergunta.</i>				
1	Você gosta do lanche da escola?	1		
2	Você come todos os dias o lanche da escola?	2		
3	Você traz o seu próprio lanche pra escola?	3		
4	Você come antes de vir pra escola?	4		
5	O cheiro do lanche é bom?	5		
6	Só de olhar o lanche parece ser gostoso?	6		
7	Você gosta das frutas do lanche?	7		
8	Você gosta do pudim?	8		
9	Você gosta da vitamina/ leite com aroma?	9		
10	Você gosta do risoto/ arroz?	10		
<i>Qual lanche da escola você mais gosta?</i>				

Mais uma coincidência aconteceu, foi para mídia (telejornais) um projeto que estava tramitando na câmara de vereadores de Curitiba chamado Segunda Sem Carne e que levantou um debate sobre o lanche das escolas municipais, como já estávamos engajados nessa discussão resolvemos procurar um dos vereadores que assinava o projeto, o vereador Goura, que prontamente nos atendeu e se colocou a disposição para uma entrevista que foi proposta pela professora. Como nosso projeto foi denominado como uma operação, nada mais sugestivo que chamar essa entrevista de *missão* e assim nasceu à ideia de uma patrulha, a patrulha do lanche.

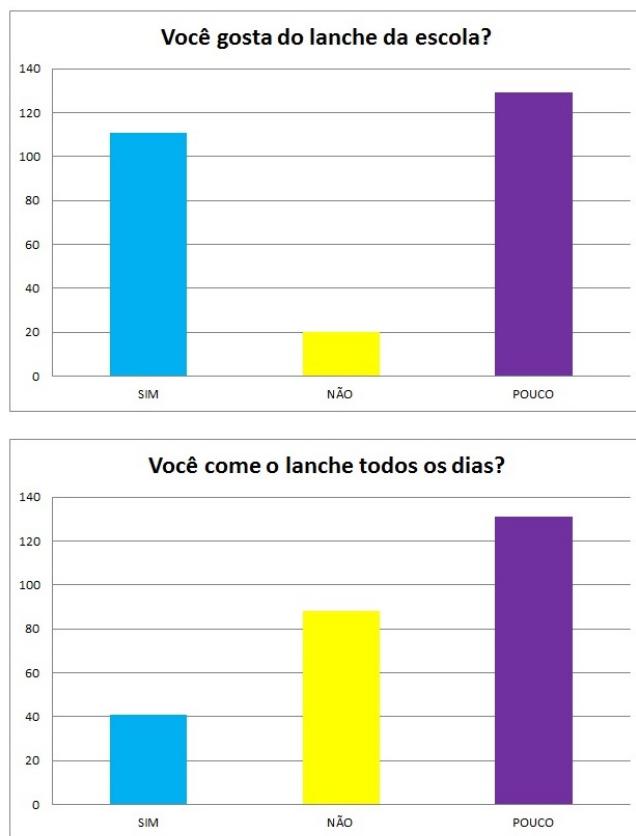
Seguindo o conceito dos estudantes protagonistas eles foram desafiados a formularem perguntas sobre o projeto da Segunda Sem Carne, que foram selecionadas e os autores que mais se destacaram foram convidados para realizarem a entrevista, pois naquele momento não era possível levar toda a turma na câmara de vereadores, partimos para nossa primeira missão a qual chamamos Missão Goura. Durante a visita os estudantes fizeram as perguntas a que tinham se proposto e para surpresa de todos um dos alunos fez um desafio ao vereador, que ele fosse até nossa escola e lá comece o lanche junto com a turma, desafio que foi aceito e cumprido na semana seguinte.

Essa foi uma experiência muito especial para os envolvidos, pois aprenderam que é possível e necessário que a população exerça cidadania, discuta os serviços oferecidos pelo poder público e se envolva de forma positiva na discussão, com aqueles que são eleitos para representar a população e que bom que isso comece na escola, afinal é um dos pilares da LDB 9394/1996 é:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no mês de setembro/2017 nos dois turnos (manhã e tarde) onde participaram todas as turmas, desde o pré (educação infantil) até estudantes do 5º ano do ensino fundamental, totalizando o público de 300 alunos. A escola possui 342 alunos matriculados, sendo que no turno da manhã são 152 e no turno da tarde 190. Do total de alunos apenas 42 estudantes não compareceram no dia da realização da pesquisa, que foi coordenada pelos estudantes, a professora regente e contou também com a colaboração das professoras das turmas alvo. Foi constatada uma realidade contraditória, demonstrada através dos gráficos a seguir, referente às duas primeiras perguntas da pesquisa, onde foi possível perceber que apesar de 111 estudantes afirmaram que gostam do lanche servido, mas apenas 41 responderam que comem o lanche todos os dias. Isso pode ser atribuído ao método usado, à formulação das perguntas e/ou até mesmo a aplicação, mas com certeza levanta questionamentos acerca da satisfação por parte dos estudantes sobre a merenda oferecida, de um cardápio adequado à realidade socioeconômica que a escola está inserida e a uma discussão sobre o custo e necessidade de uma alimentação saudável, ou seja, a política educacional de apoio através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) na prática e com a opinião dos maiores interessados na matéria: os estudantes que de fato comem o lanche e que devem ser ouvidos!



Fonte: Projeto Operação Lanche - 4º ano A - EM Castro.

Ouvir os estudantes nesse processo de avaliação do serviço oferecido é fundamental, pois as crianças têm plenas condições de avaliar aquilo que estão recebendo. Com certeza se faz necessária uma mediação e orientação do saber elaborado, dos métodos para tal, mas esse direito aqui às vezes subentendido deve ser primícia num trabalho pedagógico desafiador. Segundo FREIRE (1997) a escola precisa aliar conteúdos curriculares com práticas significativas, intervir no meio social, na realidade do educando, utilizando de sua vivência para promover o conhecimento e a cidadania.

Muitos docentes infelizmente reduzem sua prática educativa à transmissão de conteúdos, uns por não terem experimentado em sua escolarização a promoção desse indivíduo pesquisador, indagador, inquieto e outros por preferirem a quietude que se estabelece nas escolas na rotina do dia a dia, na pressa das obrigações curriculares e na contemplação, às vezes absurda, da realidade, sem considerar a importância do senso crítico que pode e deve transformar realidades postas e impostas. Proporcionar aos estudantes a oportunidade de acrescentar a este mundo requalifica o trabalho pedagógico.

O estudante passa de passivo a agente atuante, pesquisador, que estuda e analisa tempos e saberes, que pratica a reflexão crítica frente à prática, que ressignifica e amplia seu próprio conhecimento. Porque bem se sabe que se condenam ainda alunos, como tábulas rasas, eles têm muito a contribuir, a elaborar e até ensinar! Respeitando suas vivências, suas carências, suas potencialidades e servindo de meio para o desenvolvimento de suas capacidades, não só cognitivas, mas de cidadania, de seres incompletos sim, pois todos são partindo do princípio de que somos seres inacabados, mas acreditando que é totalmente possível e necessária à liberdade criativa, pensante e atuante.

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que ele vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiências feitos” com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ela traz consigo para escola. (FREIRE, 1997, p 71)

Colocar o estudante inserido nos processos de discussão e levantamento de opinião é crucial, tanto para desenvolvimento pedagógico/ curricular como para atuar socialmente de forma investigativa, analítica e transformadora. Diante disso é fundamental considerar a opinião e análise dos estudantes num processo de pesquisa de satisfação, nesse caso acerca do lanche oferecido nas unidades educacionais. Bem como participação ativa desses atores na avaliação dos processos de implementação dos programas de alimentação escolar, seja na avaliação, monitoramento e elaboração dos cardápios, como também pesquisadores acerca da alimentação saudável, seus benefícios e a promoção da saúde obtida também através do consumo de alimentos com valor nutritivo e adequado.

AS SOBRAS E A FOME

Outro ponto levantado durante o desenvolvimento do projeto foi o destino das sobras e restos de alimentos que retornam em toneladas as empresas que fornecem à alimentação as unidades escolares, que pautado na lei que criminaliza eventuais dolos sofridos pelas pessoas que por ventura sofrerem intoxicação alimentar, diante do risco de responder criminalmente se fizer a doação, as empresas optam em destinar as sobras para ração animal o que foi amplamente discutido com os estudantes, pois num país onde

tantas pessoas infelizmente ainda reviram lixos para buscar restos de comida, essas sobras poderiam matar a fome de muita gente.

Em 2013, a fome afetava 39,1 milhões de latino-americanos e caribenhos (6,3% da população regional). Em 2015, esse número subiu para 40,1 milhões (6,3%) e, em 2016, alcançou 42,5 milhões, ou 6,6% da população regional. Na América do Sul, a fome passou de 5% em 2015 para 5,6% em 2016, o que representa a maior parte do aumento da fome na região. (ONU 2017).

Existem vários projetos de lei que visam regulamentar as doações, na tentativa de evitar tanto desperdício de alimentos, um desses projetos já tramita desde 1998, há quase 20 anos! Projeto batizado de Bom Samaritano - PL 4747/1998, ementa:

Dispõe que a pessoa natural ou jurídica que doar alimentos, industrializados ou não, preparados ou não, a pessoas carentes, diretamente, ou por intermédio de entidades, associações ou fundações, sem fins lucrativos, é isenta de responsabilidade civil ou penal, resultante de dano ou morte ocasionados ao beneficiário, pelo consumo do bem doado, desde que não se caracterize dolo ou negligencia. Projeto chamado de "Bom Samaritano".

Difícil não se indignar com a morosidade do legislativo brasileiro quando questões tão essenciais para vida humana estão em jogo! Mas parece que enquanto a politicagem continuar a imperar nas esferas legislativas a população infelizmente continuará a pagar essa conta, conta alta e desumana, porque é um ato muito cruel que alguém ainda morra de fome nesse país enquanto toneladas de alimento viram ração animal, enquanto políticos irresponsáveis aproveitando do dinheiro do povo, fiquem saciados em banquetes requintados e indecentes do ponto de vista moral.

O COPO DA INCLUSÃO

Muita coisa mudou na escola e na rotina dos estudantes depois da implantação do projeto, umas delas foi o relato da experiência de um estudante da Sala de Recursos Multifuncional que funciona no período da manhã com a professora Patrícia Estevam de Andrade. Certo dia veio nos relatar a experiência de um deles, que por apresentar dificuldades motoras ao pegar no copo descartável ele empregava muita força e o copo amassava, o que tirava sua autonomia para se alimentar sozinho, mas após a

troca dos copos agora está conseguindo se alimentar de forma mais independente e segura.

Há de se salientar também que os estudantes das salas de recursos da Rede Municipal não eram ironicamente inclusos até 2016 no lanche da escola, onde realizam os atendimentos semanais que duram cerca de uma hora, se pelo nosso projeto ou não, conquistaram esse direito a partir de Julho desse ano na Escola Castro, direito que lhes é garantido também por lei, assim como a inclusão deve ser pra todos, o lanche também!

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...]

Muito ainda é necessário avançar em relação aos direitos da pessoa portadora de deficiência, garantir sua autonomia nos espaços do qual faz parte é fundamental para sua cidadania, passando a sentir-se de fato e de direito pertencente ao seu grupo social, a

sua família, tendo sua dignidade preservada e reduzindo suas perdas que muitas vezes já são muitas na relação de igualdade de acesso e oportunidades.

O LANCHE E A SUSTENTABILIDADE

O projeto Operação Lanche não foi criado apenas para criticar o lanche, porque muitas vezes ele é bom, mas para discutir o serviço oferecido, a qualidade, a logística e também a sustentabilidade, porque tanto se propaga sobre esse tema, mas poucas ações se concretizam em nossas unidades escolares, existem ótimos projetos que são desenvolvidos e é importante divulgar para que incentive profissionais a se dedicarem em promover ações sustentáveis, pois isso colabora na educação ambiental e torna nosso mundo mais limpo, organizado e agradável de viver.

Diante disso a turma pesquisou várias ações de sustentabilidade referente à alimentação e elegeu a captação de óleo de cozinha usado como missão, foi produzido material impresso para divulgação na comunidade escolar e também na vizinhança, com apoio das famílias os estudantes se empenharam em promover conscientização ambiental na comunidade, sobre o descarte incorreto do óleo e seu impacto negativo ao meio ambiente e também a recolher o óleo e levar para escola. Contatamos empresas com certificação ambiental que vem in loco para retirar o óleo e em nossa última contagem já tínhamos captado 150 litros.

Desenvolver ações sustentáveis muitas vezes pode parecer utópico num mundo tão descartável que vivemos, mas é possível e necessário que a comunidade escolar participe de projetos sustentáveis, muitas experiências de sucesso acontecem pelo Brasil e algumas bem mais perto que imaginamos, podem e devem acontecer não somente na escola, mas nas residências, nos espaços comerciais, uma mudança de paradigmas, de conscientização ambiental, tão necessária para vida!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Felizmente a população que usufrui dos serviços públicos tem se conscientizado de que o que é público não é de graça, tem muito imposto cobrado e trabalho empenhado, e essa educação para cidadania deve estar presente na escola, todos

devem ter direito à voz, mesmo as crianças, pois são cidadãos em formação e isso não é partidário é necessário!

O projeto Operação Lanche veio romper com o paradigma de que um relatório chamado de aceitabilidade, preenchido por um profissional responsável pelo monitoramento do lanche recebido, dá conta sozinho de medir a qualidade, pois não contempla o principal: a opinião dos estudantes. Nesse projeto muitas lições foram apreendidas como: trabalho de equipe (solidariedade), liderança (participativa), conscientização ecológica (responsabilidade), pensamento crítico (cidadania), elencar todos nem é possível, pois para isso seria necessário ouvir as crianças, sou aqui apenas uma coadjuvante dando vida escrita a voz deles!

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Najla Veloso Sampaio, et al. **Alimentação na escola e autonomia: desafios e possibilidades.** Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/630/63026309005/>>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO. Portal do Planalto, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em 14 de novembro de 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1996.

MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: 2013.

NOGUEIRA, Rosana Maria, et al. **Sessenta anos do programa nacional de alimentação escolar no Brasil.** Rev. Nutrição, Campinas, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v29n2/1415-5273-rn-29-02-00253.pdf>>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. **A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional.** UFPR Curitiba: 2013. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/proext/images/A_trajetria do Programa Nacional de Alimentao Escolar no perodo de 2003 - 2010.pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2017.

RODRIGUES, Maria de Lourdes Carlos, et al. Módulo 10 : **Alimentação e nutrição no Brasil.** MEC 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=610-alimentacao-e-nutricao-no-brasil&Itemid=30192>. Acesso em: 30 de agosto de 2017.

STOLARSKI, Márcia Cristina. Dissertação de mestrado: **Caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004.** UFPR Curitiba: 2005. Disponível em: <<http://www.economia.ufpr.br/Teses%20Doutorado/Marcia%20Cristina%20Stolarski.pdf>>. Acesso em: 06 de setembro de 2017.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998